

Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação

Grupo de Trabalho

O relatório apresenta a proposta de uma sistemática de autoavaliação no âmbito dos programas de pós-graduação, com a intenção de se tornar um componente relevante para a avaliação realizada pela CAPES.

 **CAPES**

Brasília, 2019

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



RELATÓRIO DE GRUPO DE TRABALHO

Publicação que divulga os resultados de estudos e proposições advindos de Grupos de Trabalho criados pela CAPES, com a finalidade de aprimoramento do processo e de instrumentos relacionados a avaliação da pós-graduação.

As publicações estão disponíveis para download gratuito no formato PDF.

Acesse: <http://www.capes.gov.br/pt/relatorios-tecnicos-dav>.

Sumário

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 4 |
| Autoavaliação: Delimitação Conceitual | 7 |
| Uma Nova Agenda para a Avaliação da Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> | 9 |
| Operacionalização Técnica da Autoavaliação | 11 |
| a) Preparação | 12 |
| b) Implementação..... | 14 |
| c) Divulgação dos resultados..... | 14 |
| d) Uso dos resultados..... | 14 |
| e) Meta-avaliação..... | 14 |
| Perguntas Norteadoras | 16 |
| Considerações Finais e Recomendações | 19 |
| Referências | 21 |
| Referências Consultadas | 22 |
| Anexos..... | 24 |
| ANEXO 1:..... | 24 |
| ANEXO 2:..... | 25 |
| ANEXO 3:..... | 29 |
| Integrantes do Grupo de Trabalho | 30 |

Introdução

Em 04 de julho de 2018, a CAPES instituiu uma Comissão com a missão de Implantar uma sistemática de autoavaliação no âmbito dos programas de pós-graduação, que possa também ser componente relevante para a avaliação realizada pela CAPES (Portaria CAPES nº 148/2018). Neste documento, de caráter preliminar, são apresentadas linhas gerais para orientar a discussão, no âmbito do CTC/ES, de tal sistemática.

Desde a implantação da pós-graduação no Brasil nos moldes definidos pelo Parecer CFE 977/1965, a pós-graduação *stricto sensu* avançou no sentido do seu crescimento numérico e no desenvolvimento de um sistema de avaliação que recebeu aprovação da comunidade acadêmica nacional e internacional. No momento, a metaavaliação procedida pela CAPES nos mostra que atingimos os objetivos previstos no referido Parecer no que diz respeito à formação de pesquisadores e incremento da produção científica brasileira e sua internacionalização. Por outro lado, há o reconhecimento do gap na formação de professores para o sistema de educação brasileiro e na qualificação de técnicos e trabalhadores intelectuais.

Contribuindo para a consolidação da pós-graduação no País, sabe-se que a CAPES tem tido duas preocupações: sua regulação e seu constante aperfeiçoamento. O sistema privilegiou a avaliação *post-facto*, incluiu a avaliação por pares, vinculou avaliação com classificação e recursos e estabeleceu um formato avaliativo que favoreceu os rankings, visando alcance de um padrão de qualidade estabelecido e de todos conhecido por antecipação. O padrão, na CAPES, foi estabelecido em comum acordo com a comunidade acadêmica das diferentes áreas de conhecimento. Até então, a avaliação externa vem sendo sido utilizada de forma bastante exitosa no que diz respeito à regulação. No entanto, com o amadurecimento do seu processo de avaliação, a CAPES entende ser necessário ampliar o foco, reconhecendo que é a autoavaliação, hoje muito utilizada nas

experiências internacionais, que pode trazer mais subsídios para o desenvolvimento do Sistema com qualidade.

Sem dúvida, a avaliação externa assegura padrões básicos, o que é importante em um país continental, mas tem limitações. Uma delas é o fato de não ser formativa, em que os que estão no processo se envolvam também na solução dos problemas identificados. Neste sentido, a autoavaliação favorece a construção da identidade, heterogeneidade e envolvimento dos programas avaliados, para além dos padrões mínimos garantidos pela avaliação externa.

Reitera-se que a CAPES entende hoje que a finalidade dos programas de pós-graduação não é apenas a produção de conhecimento, mas também a formação discente, o que responde ao gap observado pela metaavaliação, já mencionado. Portanto, a avaliação deve captar essa dimensão, que é essencialmente um processo e não só um produto. Assim, a autoavaliação, desenvolvida de forma sistemática e contínua, é a abordagem a ser enfatizada, pois assegura proximidade entre avaliador e avaliado e permite aprofundamentos de natureza qualitativa e contextualizada.

Concluindo esta defesa da adoção da autoavaliação pela CAPES, vale o registro de que a experiência internacional mostra que a autoavaliação dos programas de pós-graduação tem resultado na melhoria dos próprios programas. A valorização da autoavaliação em todo e qualquer programa avaliativo – seja uma acreditação ou uma avaliação feita por agências, ou seja, um programa institucional - segue a tendência mundial. Em alguns países, por exemplo Holanda, a autoavaliação é única, não existe avaliação externa. Em outros, por exemplo a Finlândia que se inspirou na Holanda, a autoavaliação constitui o fundamento que embasa o asseguramento da qualidade e a gestão de uma instituição, agência ou empresa. No Reino Unido, por sua vez, a avaliação externa da educação superior, denominada Auditoria (Audit), focaliza, quase exclusivamente, as estruturas e mecanismos adotados pela instituição para assegurar sua qualidade. Os auditores julgam o nível de confiança que eles têm na gestão da qualidade da IES e na integridade das informações por ela publicadas. A visita resulta em três possíveis conclusões: “confiança completa”, “confiança limitada” e “nenhuma conclusão” (ALDERMAN; BROWN, 2005). A lógica do sistema britânico se fundamenta

na premissa de que uma instituição que assegura bem sua própria qualidade é uma instituição que merece ser bem avaliada.

Por outro lado, o uso da autoavaliação no contexto da educação superior brasileira não é novidade. No País, a graduação tem sido objeto de autoavaliação desde os tempos do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), no início da década de 1990, até mais recentemente, na década de 2000, com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e seu componente de Autoavaliação Institucional. Portanto, ao adotar a autoavaliação, a CAPES está aproximando sua concepção daquela já adotada pela avaliação da graduação, contribuindo para diminuir a distância hoje existente entre os dois processos nacionais avaliativos.

Autoavaliação: Delimitação Conceitual

O conceito de avaliação, ao longo do tempo, vem adquirindo as feições do contexto sóciohistórico no qual é adotado. Assim é que deixa de estar meramente ligado à adoção de medidas, como no início do século XX, para hoje ser pensado como um processo – preferencialmente negociado – de construção e uso de parâmetros para comparar um determinado objetivo/meta e seu atingimento. Os resultados desse processo são então discutidos e utilizados para o melhoramento das ações/abordagens/estratégias do objeto avaliado.

A autoavaliação é o processo de se avaliar a si próprio, por vezes também chamada avaliação interna ou avaliação institucional, quando referida às organizações. Seu principal objetivo é formativo, de aprendizagem. Uma vez que é planejada, conduzida, implementada e analisada por pessoas elas próprias formuladoras e agentes das ações a serem avaliadas, a autoavaliação possibilita uma reflexão sobre contexto e políticas adotadas, além da sistematização dos dados que levam à tomada de decisão.

Em outras palavras, a autoavaliação é um processo avaliativo conceituado e autogerido pela comunidade acadêmica. A comunidade tem a titularidade da avaliação. Envolve a participação de distintos atores da academia ou externos a ela (docentes, discentes, egressos, técnicos e outros), nos níveis hierárquicos diversos, dos estratégicos aos mais operacionais. Como reporta a literatura, os resultados da autoavaliação são melhor apropriados quando são frutos do trabalho participativo.

O processo interno pode ser assessorado externamente. É uma forma de avaliação que exige tempo, recursos e dedicação. O foco da autoavaliação é decidido pelos protagonistas. A reflexão sobre os resultados obtidos será central ao processo e levará em conta a correção de trajetórias e de futuros percebidos.

A autoavaliação pode ser compreendida, em termos amplos, como um “organizador qualificado”.

A autoanálise feita pela comunidade a partir da sistematização dos dados que lhe interessam, colocados em compartimentos por ela definidos, se sustenta em princípios éticos permeados pela negociação que pode ser oriunda de uma etapa de sensibilização quando são estudados os valores e entraves de um processo avaliativo autogerido. Certamente terá mais sucesso quando for regida pela colaboração entre os atores, respeitando sua individualidade e direitos à privacidade, prevenindo punições morais ou ameaças à integridade dos sujeitos participantes dos processos (LEITE, 2018, s/p).

De uma autoavaliação, realizada de forma competente, resultam conhecimentos sobre uma dada realidade, vista pelo olhar daqueles sujeitos que estão em relação e a constituem, naquele lugar, contexto e tempo histórico. O ato de conhecer é, em si, uma responsabilidade social, profissional e pública de um programa ou instituição. A veracidade, a honestidade e a transparência fazem parte do rol de princípios éticos que permitirão dar relevo à autoavaliação (LEITE, 2018,s/p).

Este rol de princípios fica mais completo com o que Souza e Gatti (2013:30-31) chamam de “ações em sequência”: a autoavaliação deverá resultar em tomadas de decisão que, em última análise, implicarão mudanças.

Uma Nova Agenda para a Avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*

O ponto crucial da sistemática da avaliação aqui proposta é a mudança do foco do processo avaliativo: ao invés da CAPES receber os resultados da autoavaliação realizada pelos programas, a Agência deverá acompanhar como os programas de pós-graduação estão conduzindo suas autoavaliações. Desta maneira, cada programa poderá propor um delineamento de autoavaliação apto a captar aspectos pertinentes a sua missão e seus objetivos, incluindo aqueles relativos à sua inserção no contexto social/internacional e a suas escolhas científicas específicas. Trata-se, na prática, de colocar em ação o elementar processo de detectar pontos fortes e potencialidades, tanto quanto discriminar pontos fracos dos programas e prever oportunidades e metas. Deve-se estabelecer estas metas com clareza e de forma tanto quanto possível participada, para que todos ou a maior parte da comunidade acadêmica se perceba representada.

Nesta ótica, a CAPES deve recomendar, também, que os programas considerem estabelecer um diálogo com os quesitos e itens estabelecidos na ficha de avaliação, visto que, no seu conjunto, tais elementos representam ingredientes de qualidade considerados essenciais pela CAPES e que, pelo modelo aqui proposto, a avaliação externa se mantém, atuando em consonância e articulação com a autoavaliação. Na visão do GT, a autoavaliação constitui o relato detalhado, por parte do Programa, sobre seus procedimentos e instrumentos de autoavaliação. Na Capes a 'avaliação da autoavaliação' seria um item da nova ficha de avaliação, como componente do Quesito Proposta do Programa, dando peso ao referido Quesito.

Aprende-se, ao trabalhar com avaliação, a importância de se pensar a prática, de refletir sobre a prática, de encontrar lições na prática e derivar dela ações concretas, iluminadas pela teoria, seja ela de qualquer paradigma. Aceitando como verdadeiro que a avaliação induz ações, valores e comportamentos, a autoavaliação, com mais força poderá ser indutora de ações reflexivas. É a ação reflexiva que faz sentido quando se

pensa a prática e os problemas enfrentados pelos docentes. Resgatando Paulo Freire (1988), a prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo. Ao incorporar a autoavaliação no seu processo de avaliação, a CAPES abre, potencialmente, uma pequena janela para que a diversidade de culturas e a riqueza dos contextos emergentes reflua para dentro da pós-graduação.

Operacionalização Técnica da Autoavaliação

Há uma diversidade de modelos ou roteiros que orientam a implementação de um processo de autoavaliação. Kells (1995), por exemplo, no seu guia para a autoavaliação na educação superior, considera necessário compreender: (1) o contexto organizacional e cultural da autoavaliação, (2) o papel da avaliação no gerenciamento da qualidade da instituição, (3) os atributos, estratégias e organização do processo de autoavaliação, (4) a condução do processo de autoavaliação, (5) a aplicação dos resultados da autoavaliação nos níveis de pessoas, programas e instituições. Watson e Maddison (2005), por sua vez, enfatizam a autoavaliação como aprendizagem organizacional, destacando os ciclos da autoavaliação (planejamento, dados e qualidade) e os usos da autoavaliação (tomada de decisão e construção da reputação institucional).

Souza e Gatti (2015, p.31), por outro lado, chamam a atenção para a necessidade de construção de um clima favorável à autoavaliação, que permita confiança e pressuponha autonomia de expressão dos participantes, “de forma a permitir a desconstrução de vieses analíticos e interpretativos construídos na instituição, que, muitas vezes, entravam seu desenvolvimento.”

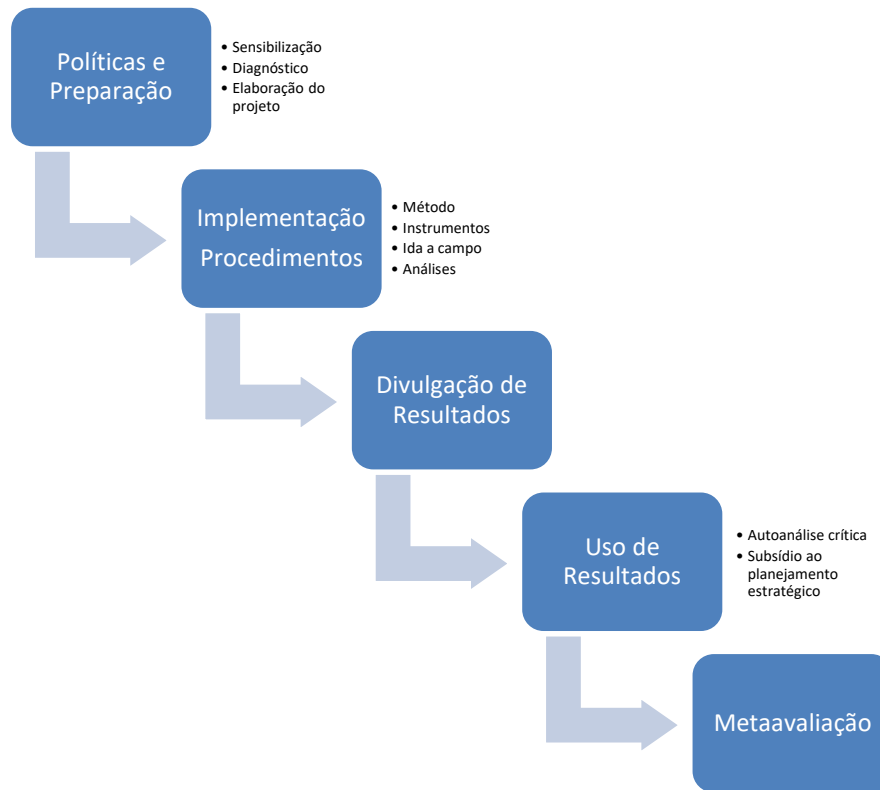
Esta preocupação perpassa todas as etapas da autoavaliação que, de maneira geral, seguem cinco fases: preparação, implementação, divulgação, uso dos resultados e meta-avaliação.

A autoavaliação é um exercício de autonomia responsável. A proposta metodológica de autoavaliação, sugerida a seguir, sintetiza e constitui uma das formas de operacionalização possíveis tendo em vista:

(a) Monitoramento da qualidade do programa, seu processo formativo, produção de conhecimento, atuação e impacto político, educacional, econômico e social.

(b) Foco na Formação discente pós-graduada na perspectiva da inserção social e/ou científica e/ou tecnológica e/ou profissional, presencial e/ou a distância do programa.

Sugere-se a seguinte sequência de etapas (Fig 1).



a) Preparação

- Constituição da equipe de coordenação
- Sensibilização para participação de todos nos processos
- Planejamento (definição dos aspectos “políticos da autoavaliação”)
 - Definição dos princípios da autoavaliação adotados pelo Programa
 - Definição dos aspectos a serem avaliados para representar a qualidade do Programa.
 - Este é um item fundamental já que não há uma definição única do que seja “qualidade” e cada Programa deve determinar sua própria compreensão do referido conceito.
 - Além disso, cada curso / Programa deve definir com clareza sua missão e seu planejamento estratégico, com suas metas e

objetivos de médio e longo prazos. É aqui que fica impressa a identidade do Programa.

- É também necessária a vinculação com o planejamento da Instituição e recomendável que seja feito um diálogo com os quesitos e itens da avaliação externa da CAPES.
- Definição das abordagens de avaliação.
- Há possibilidade de traçar abordagens que focalizam o aluno, o evadido, o egresso, a autoavaliação do professor, a autoavaliação do corpo técnico e seminários periódicos de avaliação, entre outras abordagens.
- Definição dos critérios de avaliação e a escala a ser adotada.
- O que será considerado ruim, satisfatório, bom? Quantos níveis a escala de avaliação deve ter?
- Definição dos usos dos resultados.
- Que decisões dependem dos resultados da avaliação? Quem será responsável pela tomada de tais decisões? Como a implementação delas será acompanhada e avaliada?
- Definição da periodicidade da coleta dos dados.
- Com que frequência deverão ser coletados os dados e como é estabelecida uma série temporal? Vale o registro de que maiores frequências implicam normalmente uso de recursos humanos e custos mais altos.

Uma vez tomadas as decisões sobre os aspectos mais “políticos” do delineamento avaliativo a adotar, o Programa passará a atentar para as questões mais técnicas, elaborando seu projeto de autoavaliação.

- Elaboração de projeto de autoavaliação, do qual constam as seguintes seções:
 - Objetivos
 - Estratégias
 - Método – técnicas, instrumentos, formas de análise, frequência de coleta de dados
 - Cronograma
 - Recursos
 - Equipe de implementação / responsabilidades

- Formas de disseminação dos resultados
- Monitoramento do uso dos resultados

b) Implementação

A implementação acontece de acordo com o projeto e deve ser monitorada de forma que possam ser propostas e adotadas medidas que assegurem que, mesmo com mudanças, a autoavaliação atinja seus objetivos, contribuindo para a melhoria do Programa.

c) Divulgação dos resultados

Muita atenção deve ser dedicada à divulgação dos resultados, especialmente em relação a dois aspectos: 1) eles devem ser conhecidos a tempo de informar as tomadas de decisão (percebibilidade) e de serem utilizados; e 2) a divulgação deve adotar linguagem clara, objetiva, de forma a ser acessível a todos os seus públicos-alvo. Se necessário, deve ser adotado mais de um meio/formato de divulgação.

d) Uso dos resultados

Os usos dos resultados precisam ser incentivados e monitorados. Se os processos avaliativos tiverem sido participativos, a tendência é de apropriação dos resultados, mas é necessário que os resultados sejam efetivamente úteis.

e) Meta-avaliação

Nesta etapa, é importante que o grupo reserve um momento para avaliar a própria sistemática de avaliação adotada pelo Programa durante um determinado ciclo, ajustando-a, caso necessário. Para avaliar a autoavaliação, é fundamental contar com descritores. Neste documento, agrupamos os descritores em geral e em três etapas, a saber:

- **Geral**

Um programa que monitora a sua qualidade realiza autoavaliação contemplando etapas que envolvam a definição de políticas e preparação, a implementação de procedimentos e a geração de resultados com foco na formação discente e nos impactos e/ou inserção social.

- **Etapa 1 – Políticas e Preparação**

Uma etapa de políticas e preparação que está bem desenvolvida possui uma concepção; envolve as pessoas e sensibiliza as mesmas para aspectos políticos, técnicos e culturais da autoavaliação; realiza diagnóstico identificando pontos fortes e pontos fracos do programa a partir da avaliação Capes do quadriênio anterior; formula um pré-plano de auto avaliação.

- **Etapa 2 – Implementação**

Uma etapa de implementação de procedimentos que está bem desenvolvida possui métodos e instrumentos especificados de acordo com a concepção adotada; critérios e indicadores para monitoramento da qualidade da formação discente; agrega, sistematiza e analisa dados gerando informações qualitativas e quantitativas sobre o programa.

- **Etapa 3 – Disseminação e uso dos resultados**

Uma etapa de geração de resultados que está bem desenvolvida realiza auto análise crítica a partir das informações qualitativas e quantitativas geradas nas etapas anteriores; discute e problematiza as informações, identificando o rol de mudanças e inovações a serem implementadas subsidiando o planejamento estratégico; elabora relato descritivo contendo síntese de todo o processo de autoavaliação desenvolvido; divulga o relato na página do Programa; posta informações a serem solicitadas no sistema CAPES.

Perguntas Norteadoras

Para a CAPES

- ✓ A seguir estão relacionadas algumas perguntas para nortear a CAPES na avaliação dos processos de autoavaliação adotados pelos Programas de pós-graduação.
- ✓ Quais os princípios adotados pelo Programa para sua autoavaliação?
- ✓ Quais as metas do Programa a médio e longo prazos? A autoavaliação as considera?
- ✓ Como o processo da autoavaliação se pauta e contribui para o planejamento estratégico do PPG a curto, médio e longo prazos?
- ✓ Há articulação da autoavaliação do Programa com a avaliação da Instituição?
- ✓ Como, do ponto de vista metodológico, a autoavaliação é desenvolvida?
- ✓ Como são os mecanismos de envolvimento de técnicos, docentes e discentes?
- ✓ Como o Programa avalia a aprendizagem do aluno?
- ✓ Como o Programa avalia a formação continuada do professor?
- ✓ Como o Programa avalia o desempenho do docente em sala e como orientador?
- ✓ Como os resultados da autoavaliação contribuíram para melhorar seu Programa?

Para o Programa de Pós-Graduação

Alguns programas podem precisar de um norte no tipo de questões a propor para delinear sua autoavaliação. Considerando sua missão, metas e objetivos e sua articulação com o planejamento institucional, o Programa pode, por exemplo, propor perguntas a partir de três dimensões: sobre o sucesso do aluno, sobre o sucesso do professor e dos técnicos e sobre o sucesso do Programa de maneira global.

São exemplos:

Sucesso do aluno

- ✓ Quais os parâmetros de avaliação da qualidade para as teses e dissertações do Programa?
- ✓ Como o Programa determina a aprendizagem do aluno?
- ✓ Quais as razões da evasão discente?

Sucesso do professor e dos técnicos

- ✓ Há avaliação da qualidade da orientação?
- ✓ Qual a política de capacitação docente e técnica do Programa? Ela é articulada com a Instituição?
- ✓ Qual a definição da qualidade do ensino, considerando o professor em sala de aula?
- ✓ Qual a definição da qualidade do apoio técnico?

Sucesso do Programa de maneira global

- ✓ Quais as ações de acompanhamento de egressos?
- ✓ Há organicidade no Programa? O Programa está pulverizado em termos de pesquisa?
- ✓ Como é avaliado o compromisso do Programa em relação à inclusão e à diversidade?
- ✓ O Programa monitora o fluxo de formação?
- ✓ O Programa monitora as taxas de conclusão e aprovação?
- ✓ Há oferta de atividade extracurricular – e política de incentivo à participação acadêmico-científico dos alunos e professores?
- ✓ Quais as políticas de inovação e seus resultados (amplo sentido)?
- ✓ Quais as políticas de internacionalização e seus resultados?
- ✓ Quais as políticas de inclusão social e seus resultados?

Como Anexo 03 a este texto, está uma “matriz de autoconhecimento” proposta pelo Grupo de Trabalho Discente da PPGEdU/UFRGS sobre Autoavaliação, ainda em fase de discussão. O grupo é constituído por Bruna de S. Souza, Camila T. Marcarini, Daniel B.

Momoli, Vanessa R. Porciuncula, Wellynton C. M. da Silva e Bernardo S. Miorando. A matriz é um exemplo de perguntas norteadoras para autoavaliação, distribuídas nas dimensões Contexto Institucional, Organização Pedagógica, Pessoas e Infraestrutura e considerando os elementos Extensão, Ensino, Pesquisa e Gestão.

Considerações Finais e Recomendações

A implementação na CAPES de uma nova agenda de avaliação sem dúvida repercutirá em maior qualidade dos Programas de Pós-graduação, possibilitando manter o foco na produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, contribuir para uma melhor formação dos discentes. Para viabilizar essa proposta, estão sendo preparados materiais que podem favorecer a caminhada metodológica de autoavaliação dos PPG. Os materiais incluem considerar a avaliação externa e a autoavaliação como processos que se complementam, devendo ser articuladas de forma a reconhecer que cada qual tem uma contribuição específica a fazer. A avaliação externa deve focalizar a política, a sistemática, os procedimentos/instrumentos e usos dos resultados da autoavaliação e não os resultados encontrados. Assim, recomenda-se:

1. Incluir na plataforma Sucupira uma janela para o relato detalhado por parte do Programa sobre sua metodologia de autoavaliação.
2. Produzir um documento de orientação que aborde o conceito da autoavaliação e que apresente questões, procedimentos e instrumentos que o Programa pode, se quiser, adotar ou modificar. (Pode-se considerar a tradução de manuais já existentes como o de Kells, 1995).
3. Envolver a instituição, e especialmente o(a) Pró-Reitor(a) de Pós-Graduação, na promoção e no desenvolvimento dos processos de autoavaliação.
4. Sensibilizar entidades acadêmicas sobre o valor da autoavaliação e a importância de seu apoio e ajuda na divulgação e incentivo do processo.
5. Realizar visitas aos Programas tanto para orientar o processo avaliativo quanto para realizar sua avaliação externa, transformando-as em um apoio dos Programas mais experientes aos iniciantes.
6. Promover seminários regionais com a presença de coordenadores de Programas de Pós-graduação, especialistas em autoavaliação e representantes da CAPES, visando promover orientações e a troca de experiências.

7. Incluir a avaliação da autoavaliação como item da ficha de avaliação da CAPES, como componente do Quesito “Proposta” (dando peso ao referido Quesito).

Referências

ALDERMAN, Geoffrey; BROWN, Roger. Can quality assurance survive the market: accreditation and audit at the crossroads, *Higher Education Quarterly*, v. 59, n. 4, p. 313-328, 2005.

CAPES. *Portaria 149*. 04 de julho de 2018. Institui o GT de autoavaliação de Programas de pós-graduação. Diário Oficial da União. 06 de julho de 2018.

GATTI, Bernadete; ANDRE, Marli; FAVERO, Osmar; CANDAU, Vera Maria F. *O modelo de avaliação da CAPES*. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, n.22 [cited 2018-09-26], pp.137-144. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000100012&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000100012>.

KELLS, H.R. *Self-study processes: a guide to self-evaluation in higher education*. Phoenix, AZ: American Council on Education; ORYX Press, 1995.

LEITE, Denise. A autoavaliação na pós-graduação. Alternativa, sistemática e componente do processo avaliativo Capes. *3º Seminário Repensando a avaliação*. Brasília, Capes, 4 de outubro de 2018. Palestra. Doc. Impresso.

SOUZA, Clarilza; GATTI, Bernardete. Avaliação de instituição de ensino superior e autoavaliação educacional. IN: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil). *Anais dos seminários regionais sobre autoavaliação institucional e comissões próprias de avaliação (CPA)* [recurso eletrônico] / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Organizado por Claudia Maffini Griboski e Stela Maria Meneghel. – Brasília: Inep, 2015. p. 30-37

WATSON, David; MADDISON, Elizabeth. *Managing institutional self-study*. Berkshire, GB: McGraw-Hill. 2005.

Referências Consultadas

ACCJC. Manual for Institutional Self-Evaluation. August, 2017.

FINEEC. Finnish Education Evaluation Centre. Audit Manual for Higher education institutions. 2018-2024. Finnish Evaluation Centre, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil). Anais dos seminários regionais sobre autoavaliação institucional e comissões próprias de avaliação (CPA) [recurso eletrônico] / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Organizado por Claudia Maffini Griboski e Stela Maria Meneghel. – Brasília : Inep, 2015.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza; GABARRA, Manoel Henrique Cintra; COSTA, Caetano da; SOUS, Yara Teresinha Correa Silva. Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 177-194, mar. 2010.

LEITE, Denise. Ameaças pós-rankings sobrevivência das CPAS e da auto-avaliação. Revista Avaliação. Campinas, v. 13, p. 12, 2008.

LEITE, Denise. (Org). Avaliação participativa e qualidade. Os atores locais em foco. Porto Alegre, Ed. Sulina, Ed. IpaMetodista, 2009.

NEW YORK STATE BOARD OF REGENTS and the Commissioner of Education. Handbook of Institutional Accreditation, March, 2005.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de; OLIVEIRA FILHO, Emídio Cantídio de; BENTES, Arone do Nascimento. A elevação da qualidade da pós-graduação: uma proposta da Universidade Federal do Amazonas. RBPG, Brasília, v. 11, n. 23, p. 107 - 126, março de 2014.

RASCO, J. Félix Angulo. La autoevaluación institucional como proceso de formación del profesorado. Revista Avaliação. Campinas, Vol 3, no. 2, jun 1998 (p.77-90).

STRATHERN, Marilyn. "Melhorar a classificação". A avaliação no Sistema Universitário Britânico. Novos Estudos, N.º 53, p. 15-31, março 1999.

VERHINE, Robert. Entrevista. Boletim ANPED. <http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-robert-verhine-ufba-novo-coordenador-da-area-de-educacao-na-capes-2018-2022> Acesso em 21 de maio de 2018.

VERHINE, Robert. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior após 14 anos: avanços e desafios. In: XI SIES. Franco e outros (Org). Porto Alegre, EdPUCRS, 2018.

VROEIJENSTIJN, Anthony I. Improvement and accountability: navigating between Scylla and Charybdis. London, Jessica Kingsley Publishers, 1995.

WSCUC. 2013 Handbook of Accreditation Revised. April 2015.

Anexos

ANEXO 1:

INSTITUTIONAL ACCREDITATION SELF-STUDY GUIDE

(<http://www.highered.nysed.gov/ocue/documents/handbookmarch05.pdf>)

SELF-STUDY FORMAT

An institution must assess itself in terms of all applicable sections of the standards for institutional accreditation. Under each standard, or grouping of standards, three responses are requested:

(1) Data: In this section, the institution provides current and accurate information describing its present status with regard to the standard cited. The statements of "attributes of compliance" and "suggested documentation" are intended to assist the institution in its self-assessment of compliance and to identify any areas needing changes, as well as to assist peer reviewers and decision-making bodies in reaching decisions on accreditation and renewal of accreditation. Documentation may vary in type and scope, depending on an institution's mission and scope of instruction. The institution should consult with the review coordinator to clarify documentation appropriate to its circumstances. Documentation commonly required is cited in Attachments A and B of this self-study guide.

(2) Analysis: In this section, the institution provides a careful and thorough evaluation of its compliance with the standard cited and of the effectiveness of its policies and practices in the area addressed by the standard. It gives due recognition to both accomplishments and needs.

(3) Plans: In this section, the institution presents its plans to build on its strengths in the area addressed or to correct identified weaknesses or matters of non-compliance.

ANEXO 2:

GT AUTOAVALIAÇÃO - Roteiro de etapas de Autoavaliação (AA) – um exemplo

30 09 2018 Sub Grupo GT AVAL

| | |
|---|---|
| POLÍTICA E PROPOSTAS | <p>1) Criação de comissão de auto avaliação (CAA): coordenador do PPG indica e submete à aprovação do colegiado nomes de docente, discente e técnico/TAE (e possivelmente egresso e/ou empregador) para compor a comissão que coordenará o processo de auto avaliação.</p> <p>2) Elaboração de pré-proposta de plano de auto avaliação: CAA elabora pré-proposta de plano de AA com base: (2.1) na missão do PPG e no PDI institucional; (2.2) resultados que vem obtendo em avaliação Capes (2.3) monitoria da qualidade do programa e do seu processo de formação.</p> <p>3) Aprovação do plano de auto avaliação: Assembleia e/ou colegiado do PPG realiza discussão, negociação para especificação da AA com vistas a. Aprovação de um plano de AA que deve ser publicizado na página do programa.</p> |
| PROCEDIMENTOS e INSTRUMENTOS ¹ | <p>4) Implementação do plano de auto avaliação</p> <p>(a) CAA especifica autoavaliação – O que? Quem? Como? Quando?;</p> <p>(b) CAA orienta procedimentos AA - observação e coleta de dados por meio de grupos focais, entrevistas, questionários, reuniões, debates, oficinas;</p> <p>(c) CAA sistematiza dados mediante análise quali-quantitativa: fragilidades, potencialidades, desafios estratégicos- melhorias, desenvolvimentos futuros que emergiram da etapa anterior;</p> <p>(d) CAA apresenta observações à assembleia do PPG (docentes, discentes, técnicos) estimula reflexão, problematização em termos do diagnóstico feito e de aspectos a serem qualificados e do PPG tendo como referencial à avaliação da CAPES, aderência ao PPI/PDI institucional e sua missão e objetivos.</p> |
| RESULTADOS e | <p>5) Elaboração do relatório parcial: CAA elabora relatório parcial do processo de auto avaliação implementado, destacando especialmente potencialidades e fragilidades evidenciadas e elenco de possíveis ações futuras.</p> |
| FUTUROS | <p>6) Realização de seminário integrador: Docentes, discentes e técnicos participam de assembleia para análise do relatório parcial com vistas e ajustar e aprovar as medidas a serem tomadas para melhoria institucional, proposições de ações e traçado de metas futuras.</p> <p>7) Coordenação preenche fichas a serem enviadas a Capes sobre os procedimentos de auto avaliação.</p> |

EXEMPLO de tabelas facilitadoras

Tabela 1 – Roteiro das etapas do processo de auto avaliação implementado

| Número da etapa | O quê? Descrição da etapa | Quem? Sujeitos envolvidos | Como? Ferramentas e técnicas | Onde? Local | Quando? Períodos e datas | Produção / Resultados |
|------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|--------------------|---------------------------------|------------------------------|
| 1) | | | | | | |
| 2) | | | | | | |
| 3) | | | | | | |
| | | | | | | |

Tabela 2 – Diagnóstico de auto avaliação

| Objeto de análise. Ações metas | Fragilidades | Pontos fortes | Melhoria Ações imediatas | Metas futuras |
|--|--------------|---------------|--------------------------|---------------|
| 1) Formação do pesquisador | | | | |
| Produção e publicação científica Quantidade ou impacto? Avanço do conhecimento? Influi polít. públicas? | | | | |
| 2) Formação do docente Articulação com a educação básica docentes e discentes | | | | |
| 3) Formação do técnico profissional e/ou Formação EAd Articulação com escolas empresas e agências, organização | | | | |
| 4) Egressos e sua atuação? Pesquisa, ensino, empresas, organizações e... | | | | |
| 5) Impacto acadêmico e social Teses e dissertações- o que? Relevância social e econômica? avanço do conhecimento Relação com Egressos e sua atuação | | | | |
| Internacionalização | | | | |
| Redes e grupos de pesquisa e colaboração | | | | |
| inserção social – internacional, nacional, regional, local | | | | |
| Inovação e empreendedorismo? | | | | |
| Ações afirmativas | | | | |

Tabela 3 – Ações e/ou metas futuras especificadas a partir do processo de auto avaliação implementado

| Número da ação ou meta | O quê? Descrição da ação ou meta | Quem? Sujeitos responsáveis | Como? Ferramentas e técnicas | Quando? Prazo de conclusão | Indicador de conclusão |
|------------------------|----------------------------------|-----------------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------|
| 1) | | | | | |
| 2) | | | | | |
| 3) | | | | | |
| 4) | | | | | |
| 5) | | | | | |
| | | | | | |

ANEXO 3:

Matriz de Auto conhecimento (proposta do Grupo de Trabalho Discente da PPGEduc/UFRGS sobre Autoavaliação, ainda em fase de discussão.)

| Dimensão/Missão | Extensão | Ensino | Pesquisa | Gestão |
|-------------------------------|---|--|--|--|
| Contexto Institucional | Como o PPG se integra a política de extensão da IES? Como a IES dá suporte a organização de ações de extensão? | Como o PPG se integra ao PPI da IES? Como o PPG contempla a formação da comunidade acadêmica na sua área de competência? Como o PPG propõe uma perspectiva comum de conhecimentos com os quais os pós-graduandos da área devem contar? Como as atividades de ensino contemplam a discussão da epistemologia da área? Como as possibilidades de Interdisciplinaridade são abordadas no currículo do PPG? Como as atividades de ensino se articulam com a formação para a docência na educação superior? Como os discentes participam na definição da proposta de ensino do PPG? Como o PPG contempla o estágio de docência em seu planejamento pedagógico? Como se produz a relação entre o conhecimento científico e os diferentes saberes? Como o currículo do PPG contempla as ações afirmativas? | Como o PPG se integra a política de pesquisa da IES? Como se dá a relação entre o PPG e o CEP? Como a IES dá suporte a organização de redes e grupos de pesquisa? Como se dá a formação em metodologia da pesquisa no currículo do PPG? Como se dá a formação para a comunicação científica? Como se dá a formação para divulgação científica? Como o PPG desenvolve a formação para orientação de processos de produção acadêmica? Como os discentes participam da construção da proposta de formação para a pesquisa no PPG? Como as práticas de pesquisa do PPG se relaciona com as ações afirmativas? | Como a IES favorece a gestão democrática? Como se dá a representação do PPG nas instâncias de gestão da IES? Como as políticas afirmativas são promovidas na IES? |
| Organização Pedagógica | O currículo contempla formação para atuação em extensão? Como a comunidade externa é contemplada no planejamento da extensão? Qual a dimensão da extensão na formação oferecida pelo PPG? Como a formação para a extensão se articula a formação para o ensino e a pesquisa? Como o planejamento de ações de extensão se conecta a política afirmativa? | | | Como o PPG favorece um processo de gestão democrática? Como se dá a gestão da organização pedagógica do PPG? Como os discentes participam na gestão pedagógica do PPG? Como a organização pedagógica do PPG favorece a Internacionalização? Como se dão as atividades de Integração de discentes? Como se dá o acolhimento das pessoas no PPG? Como se produz a política de acompanhamento e suporte de discentes? Como se dá o acompanhamento e suporte dos discentes Internacionais? Como se dá o acompanhamento e suporte de discentes provenientes de outros municípios? Como se dá o acompanhamento e suporte dos discentes ingressantes por ações afirmativas? Como se dá o acompanhamento e suporte de discentes que têm vínculo empregatício? Como se dá o acompanhamento dos egressos do PPG? Quais as estratégias de promoção da saúde discente? |
| Pessoas | Como ocorre a formação para a extensão dos profissionais vinculados ao PPG? Como a extensão é contemplada como requisito para a atuação de pessoas no PPG? A IES dispõe de plataforma para a Integração entre PPGs e sociedade? Quais as estratégias da IES para a relação com a escola básica? | Como o PPG forma para a ética profissional? Como o PPG forma a sua comunidade para uma conduta ética? Como o PPG contempla os novos públicos da educação superior? Como a comunidade do PPG é formada para o uso de novas tecnologias na educação? Como as pessoas são qualificadas para uso de ambientes presenciais e virtuais de aprendizagem? Como o PPG qualifica a comunidade para processos de Internacionalização? | Como o PPG forma a sua comunidade para a ética em pesquisa? | |
| Infraestrutura | Quais as condições materiais oferecidas pelo PPG para as atividades de extensão vinculadas a formação de seus estudantes e a ação de seu quadro de profissionais? | Quais as condições materiais oferecidas pelo PPG para as atividades de ensino vinculadas à formação de seus estudantes e à ação de seu quadro de profissionais? Quais os recursos e condições materiais oferecidas pelo PPG para atender as necessidades de formação a distância? Como as referências utilizadas nas atividades de ensino são disponibilizadas aos discentes, na relação com as políticas de acervo bibliográfico? | Quais as condições materiais oferecidas pelo PPG para as atividades de pesquisa vinculadas a formação de seus estudantes e à ação de seu quadro de profissionais? Quais as condições materiais oferecidas pelo PPG para a comunicação científica? Quais as condições materiais oferecidas pelo PPG para a divulgação científica? Como o PPG dá suporte físico e tecnológico as atividades de redes e grupos de pesquisa? Como o PPG subsidia a participação discente em eventos? | Como o PPG propicia acessibilidade em suas atividades e espaços? Quais as condições estruturais oferecidas para a participação discente na gestão do PPG? Quais as condições estruturais oferecidas para a participação de mães e pais discentes nas atividades acadêmicas? Como o PPG propicia fluxos de Informação transparentes e efetivos? Como o PPG favorece uma cultura de sustentabilidade em suas atividades? |

¹ Eventualmente programa poderá contar, se assim decidido nas etapas 1,2 e 3, com **Revisão e olhar externo**: Consultor convidado, externo ao PPG e à área do conhecimento, realiza visita ao PPG e analisa procedimentos adotados e relatório parcial elaborado pela CAA contribuindo com sugestões, indicações e destaques.

Integrantes do Grupo de Trabalho

Professores Membros – Portaria CAPES 148/2-18

| Nome | Instituição | Área |
|---|--|---|
| Robert Verhine (Coordenador do GT) (rverhine@gmail.com) | Universidade Federal da Bahia | Coordenador da Área de Educação |
| Antônio Carlos Souza Lima (acslima@gmail.com) | Universidade Federal de Rio de Janeiro | Coordenador da Área de Antropologia / Arqueologia |
| Denise Bomtempo Birche de Carvalho (denisebomtempo@terra.com.br) | Universidade de Brasília | Coordenadora da Área de Serviço Social |
| Denise Leite (denise.leite@hotmail.com.br) | Universidade Federal de Rio Grande do Sul | Área da Educação |
| Júlio Cesar Godoy Bertolin (julio@upf.br) | Universidade de Passo Fundo | Área da Educação/Informática |
| Lys Vinhaes Dantas (lys.vinhaes@gmail.com) | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia | Área da Educação/Administração |
| Nythamar de Oliveira (nythamar@yahoo.com) | PUC/Rio Grande do Sul | Coordenador da Área de Filosofia |
| Ronaldo Oliveira (ronaldooliveira@ufba.br) | Universidade Federal da Bahia | Coordenador da Área de Zootecnia |
| Sergio O. de C. Avellar (sergio.avallar@capes.gov.br) | DAV - CAPES | Coordenador Geral de Normatização e Estudos |
| Dora Leal Rosa (Consultora convidada) (doralr@ufba.br) | Universidade Federal da Bahia | Área da Educação |



www.capes.gov.br